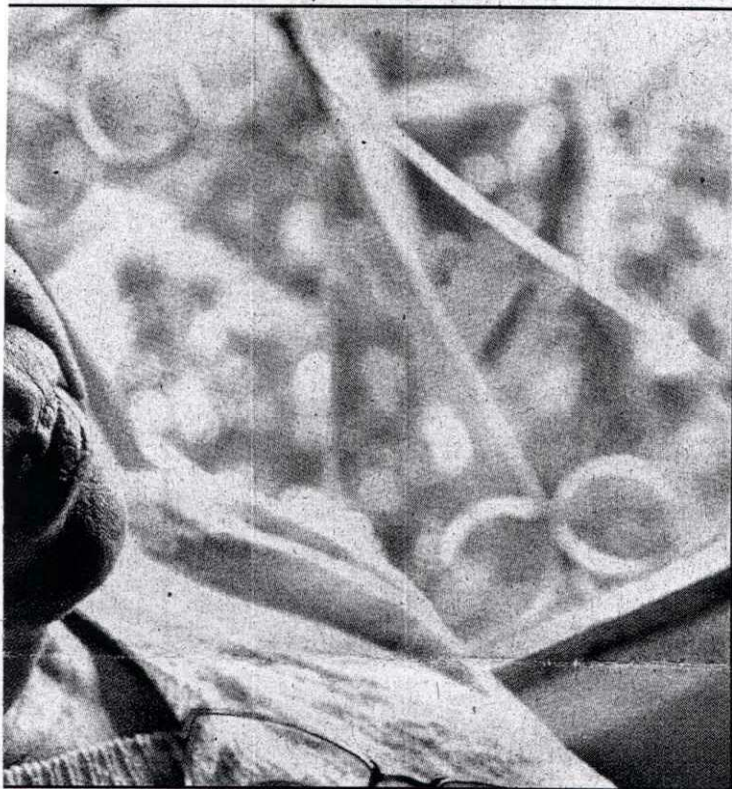


le fraude no FNDE, servidora relata momentos de humilhação, no Tribunal Federal e o fim da carreira motivado pela depressão



...a, julgada, condenada e maltratada. Aquelas algemas maltratam a gente"

dois servidores, um deles Maria Francisca. Havia um terceiro nome, mas esse foi ignorado pela investigação. O delegado Tardelli Boaventura concluiu que teria havido corrupção ativa e passiva, tráfico de influência e formação de quadrilha, com "fortes indícios" de envolvimento de Maria Francisca.

Após a prisão, um processo administrativo interno resultou no afastamento de Maria do serviço por 30 dias. Depois, por mais 90 dias. Ela apresentou a sua versão para o fato no processo. Disse que foi procurada por um assessor parlamentar no FNDE. Ele queria informações sobre a prefeitura de Santana. Ela constatou que o Siafi informava falta de prestação de contas. Informou ao assessor que bastava a apresentação da prestação de contas para a inadimplência ser baixada. Era o que previa a Instrução Normativa

nº 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional. Quando a prestação foi apresentada, ela deu baixa na inadimplência. Diante da punição, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que não quis analisar o caso. Ela foi ao STF, que mandou anular a pena de suspensão.

O ministro-relator, Marco Aurélio Mello, concluiu que a servidora agiu de forma legal. O ministro Carlos Alberto Menezes Direito acompanhou o voto, afirmando que "a referida instrução revela que não há nenhuma incompatibilidade entre a norma administrativa e o comportamento da impetrante. A instrução determina que seja dada baixa na prestação de conta quando esta é apresentada. Depois, somente se não aprovada a prestação de contas é que deve ser feita nova inscrição para constar a pendência".

Pesadelo sem fim

A volta ao trabalho foi apenas a sequência do pesadelo. "Passei tudo quanto foi humilhação. Não me davam senha, não me davam serviço. Eu sentia os olhos deles me queimando. Passavam por mim e me viravam a cara, me chamavam de lobista. Diziam: 'É aquela que foi presa por corrupção.'" Depois, veio a depressão, licenças atrás de licenças, a anorexia, os desmaios. "Não conseguia nem levantar para ir ao banheiro sozinha", lembra.

Pressionada no trabalho, pediu a aposentadoria. "Foi por causa das humilhações, das perseguições, do abandono." A decisão do STF, em março de 2008, foi um alívio. "Aquilo me livrou de tudo, disse que eu não tinha culpa. Eu devo muito ao ministro. Ele entendeu a minha história. Me senti, pelo menos em parte, aliviada. Mas, lá no serviço, não adiantou nada. Eu continuava a mesma pessoa: eu fui presa, julgada, condenada e maltratada. Aquelas algemas maltratam a gente", conta, sem conter as lágrimas.

Ela apresentou um pedido de indenização à União, no valor de R\$ 600 mil. Mas comenta: "Nem todo o dinheiro do Brasil paga o que eu passei. Não vai compensar nada. Tenho vergonha de sair na rua e as pessoas dizerem que sou corrupta. O único lugar em que vou é à igreja. Sofro as consequências até hoje". (LV)

www.correiobraziliense.com.br



Confira videorreportagem com Maria Francisca Soares